



Casas de farinha: muitos saberes e desiguais disputas

Marisa Oliveira Santos¹

Resumo: Esta comunicação tem como ponto de partida os saberes do/no trabalho acervados em casas de farinha por homens e mulheres do campo. O objetivo é entender de que maneira o “saber-fazer” transmitido entre gerações da classe trabalhadora rompe-se da esfera autoral e migra para a base hegemônica de produção. Para tanto, marcos teóricos estruturantes como Marx, Thompson, Hobsbawm, Williams e outros, bem como debates contemporâneos fundamentados em Ciavatta, Vendramini, Kuenzer e outros respaldam a discussão. Ao término da apresentação dos achados e das contribuições da empiria, verificou-se que o sequestro ou a destituição dos saberes vai revelando a frágil condição de vida e de trabalho no campo, bem como a desigual condição de produção entre as partes na disputa pelos saberes do/no trabalho.

Palavras-chave: Casas de farinha. Saberes. Trabalho.

The flour houses: many types of knowledge and unequal disputes

Abstract This paper takes as its starting point the knowledge of/at work collected in flour mills by men and women in the countryside and which is in constant dispute. Through this knowledge, we seek to understand how the generational “know-how” held by the working class has been undergoing ruptures in the authorial sphere and migrating to the hegemonic base of production. To this end, the discussion is supported by structuring theoretical frameworks such as Marx, Thompson, Hobsbawm, Williams, as well as contemporary debates based on Ciavatta, Vendramini, Kuenzer, among others. At the end of the findings and contributions through empiricism, it was found that the kidnapping or destitution of knowledge reveals the fragile conditions of life and work in the countryside, as well as denotes the unequal conditions of production between the parties in the field of dispute of knowledge of/at work.

Keywords: Flour mill. Knowledge. Work.

Introdução

“A pesquisa é, por excelência, uma atividade coletiva com momentos fortemente marcados pela imersão individual no âmago dos problemas.”
Professora Ciavatta

É na concretização da realidade, na materialização da existência humana que a empiria ressoa a vida em sociedade e mostra os construtos sociais que vão sendo historicamente cingidos

¹ Professora Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Membro Titular do Grupo de Pesquisa História, Trabalho e Educação do Museu Pedagógico da UESB. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA/UESB). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6413-142X>. E-mail: marisa.oliveira@uesb.edu.br.

às atividades dos homens. Esta pesquisa não entende que tal manifestação ocorra de maneira linear, mas por meio da sobreposição de cotidianos (Heller, 2016) que demarcam rupturas e transformações decorrentes das relações sociais e de suas contradições. Nesse decurso, homens e mulheres se envolvem na realização do seu primeiro ato histórico: o trabalho (Marx, 2017). Nesta pesquisa, as lentes da observação voltam-se, em especial, para o trabalho realizado por trabalhadores(as) do campo em casas de farinha.

Dessa maneira, o trabalho é considerado um processo histórico e educacional do qual participam homens e mulheres na luta pela sobrevivência. O teor de vida concentra-se, pois, no verbete uno e indissociável trabalho-educação, base ineliminável da condição humana, afinal, desde que existe, o homem partilha daquilo que o constitui por meio do trabalho (Bombassaro, 1992; Ciavatta, 2019).

Ao trabalhar e fazer história, o ser humano produz objetos, fenômenos, conhecimentos, memórias, alcança a sociabilidade e compartilha os saberes do/no trabalho com os demais indivíduos. É inevitável, portanto, defender a tese da interconexão trabalho e educação, da relação de simbiose contínua entre aprendizado e a ação de desaprender ou de desqualificar a condição da classe trabalhadora, quando esta se vê sequestrada do seu conhecimento pelos ditames da ordem hegemônica (Vendramini, 2006; Kuenzer, 1986).

Assim compreendido, na práxis, ou seja, nas casas de farinha (lócus deste estudo), no manuseio da mandioca e dos instrumentos de produção, os saberes do/no trabalho aglutinam-se e veiculam homens e mulheres ao mundo da produção material de sua existência. Os saberes são, pois, fruto do concreto, advêm da racionalidade e da historicidade da ação humana na vida real (Bombassaro, 1992).

Neste estudo, os saberes do/no trabalho fundamentam-se nas indicações de Thompson (1985), que os considera manifestações das experiências dos(as) trabalhadores(as) durante a execução das atividades, no contexto da materialidade, das condições objetivas e subjetivas em que se realizam, e da pedagogia educacional auferida no processo. É importante citar outro contributo thompsoniano que enfatiza a cultura e a tradição no trato dessas experiências humanas com os saberes. As casas de farinha, enquanto manufatura e espaço de produção, aglutinam, além do produto final, laços consanguíneos, saberes acumulados e passados entre gerações, aspectos culturais que demarcam também a forma do “saber fazer” e de produzir.

Os sujeitos que se inserem no trabalho nas casas de farinha não apenas guardam, mas produzem memórias, seja por meio do legado das gerações anteriores, seja pelas experiências que acumulam ao realizarem as diferentes atividades no processamento da mandioca. De alguma forma, trazem consigo lembranças pertinentes a registros espacial e temporal. Observa-se, pois, uma

aproximação de trabalho e aprendizado do ofício. Em tal circunstância, o trabalho adquire uma dimensão educativa.

Dessa maneira, os(as) trabalhadores(as) das farinheiras, ao mesmo tempo que acervam saberes de outras gerações, são alvo de cobiça exatamente em razão desse conhecimento. Em um movimento não consentido, passam, forçosamente, a desaprender, quando, migrados ou não para outros trabalhos, se dissociam dos saberes que definem seu modo de vida e a produção material desta.

Essa junção de saberes da classe trabalhadora resulta da experiência adquirida. O trabalho nas casas de farinha proporciona um conhecimento abrangente, a experiência, e educa. Inicialmente, pode parecer espontânea, mas a experiência é idealizada e começa na prática produtiva (Thompson, 1981). Como reforça Thompson (1981), fora dos recintos universitários, outro tipo de conhecimento se processa o tempo todo. Trata-se da produção material da vida, que ajuda homens e mulheres trabalhadores(as) a estarem no mundo em meio às necessidades que devem ser supridas e às adversidades que lhes são impostas.

A tessitura ora posta roteiriza o presente estudo e abre espaço para a revisitação dos saberes acumulados por homens e mulheres do campo em casas de farinha. De caráter artesanal, a manufatura é responsável pelo processamento dos derivados da mandioca por meio do trabalho familiar. Historicamente, os saberes tradicionais referentes à produção e manuseio da matéria-prima são transmitidos de uma geração para outra. Atualmente, diante da brusca e infundável ruptura do “saber-fazer”, colocam-se em estágio de transformação ou de esmaecimento e revelam um campo de disputa, de desarticulação de saberes e de apropriação de autoria por uns em detrimento de outros.

Na aproximação com o campo empírico e, para aprofundar a discussão acerca da união trabalho-educação por meio das casas de farinha na comunidade de Campinhos, no município de Vitória da Conquista², sudoeste baiano, esta comunicação tem o objetivo de verificar como esse uno tem o seu matiz semântico desarticulado na vida em comunidade. Tal circunstância promove o enfraquecimento dos saberes da classe trabalhadora, homens e mulheres do campo. Definida a intenção deste estudo, com base em Thompson (1981), passemos a interrogar algumas evidências do problema apresentado: Quais saberes do trabalho são produzidos em casas de farinha? Qual a importância desses saberes para a vida em comunidade? De que maneira ocorre a disputa pelos saberes do trabalho em casas de farinha? Quais os efeitos dessa disputa e do desmonte das casas de farinha na vida em comunidade?

² Vitória da Conquista destaca-se por ser a 5ª maior produtora baiana do tubérculo (IBGE, 2019).

Metodologia

Com base nas observações, no que a empiria sinaliza, e, para compreendermos a realidade em questão, elegemos o materialismo histórico e dialético o método norteador da análise. Se o trabalho desenvolvido nas casas de farinha contrapõe-se ao modo de produção capitalista e se as condições de vida e de trabalho de homens e mulheres do campo estão enfraquecidas e vulneráveis, tal método permite à empiria ressoar o dialético tanto na totalidade quanto nas contradições do campo de estudo. Assim, repensar a condição dos(as) trabalhadores(as) de casas de farinha, em um movimento que os destitui da categoria de classe trabalhadora e transforma seu modo de vida e de trabalho, é o ponto de partida para observações e análise das contribuições do campo empírico.

Além do cenário apresentado, a presente comunicação apoia-se em fotografias do acervo da pesquisadora, para analisar de que maneira o desmonte do trabalho familiar, do cultivo da terra e das casas de farinha denuncia as transformações sociais e econômicas na comunidade de Campinhos. Ao observarmos as demandas, interesses e a pressão do capital em deter novos espaços de domínio (Luxemburg, 1985), encontramos outra razão que justifica a opção pela concepção dialética e materialista da história (Kosik, 1976). As fotografias, de alguma maneira, nos permitem registrar esse movimento.

O contato com o fenômeno empírico por mais de 15 anos permitiu à pesquisadora criar um acervo de entrevistas e de fotografias. O presente trabalho será desenvolvido, portanto, com base na junção desses dois instrumentos. A fotografia é uma (re)criação da realidade porque paralisa uma fração mínima do tempo (Ciavatta, 2002). Tais registros podem retratar diferentes ângulos das dimensões objetivas sobre a realidade social (Martins, 2019).

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca informações contidas na fala dos atores sociais. Não significa, pois, uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que constitui meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto que vivenciam uma realidade investigada. De natureza individual e/ou coletiva (Minayo, 1994, p. 57), as entrevistas modulam as “rodas de conversa” que permitiram registros plurais, uma vez que os resquícios do trabalho familiar na comunidade podem ser tomados por uma característica que lhe é própria, a memória coletiva.

As questões elencadas acerca do real dão contorno ao lócus desta pesquisa. As casas de farinha correspondem a uma unidade produtiva de traços tradicionais, geralmente presentes em comunidades rurais com o mesmo adjetivo. São unidades simples, que resguardam uma produção peculiar, somada aos esforços da mão de obra familiar ou consanguínea. Esses fatores delimitam os aspectos da sua constituição.

Conforme preconiza Thompson (1981), o método conclama o conhecimento no presente, no movimento, nas transformações, na produção da vida humana. Esse teórico, que faz imersão na historiografia marxista, defende a tese de que o conhecimento não deve ficar enclausurado no passado, é preciso conhecer o que somos, saber por que estamos aqui e entender o processo social.

Para tanto, alicerçados na história social do trabalho, Hobsbawm (2013) e Thompson (2012) aproximam-nos do campo empírico, visto que nos ajudam a observar o desmonte do trabalho familiar, o esmaecer das experiências e saberes acumulados e a dar voz aos(as) trabalhadores(as) de casas de farinha, por meio de oitivas realizadas entre 2018 e 2020 na comunidade de Campinhos. Tais narrativas, por um lado, exploraram e permitiram-nos entender o passado e suas influências no presente, por intermédio das memórias de homens e mulheres que viveram e sofreram o efeito da intervenção econômica. Por outro, combateram interpretações dominantes sobre a produção da vida concreta.

Para prosseguirmos com o estudo, julgamos importante contextualizar o lócus da pesquisa. A comunidade de Campinhos faz parte da base territorial de Vitória da Conquista. De acordo com o Censo do IBGE (2022), o município possui 370.879 habitantes, o terceiro maior do estado da Bahia, atrás apenas de Salvador e de Feira de Santana, e o décimo quinto do Nordeste. A comunidade de Campinhos, em função das próprias transformações territoriais nos últimos vinte anos, recebeu a titularidade de logradouro³ e possui 5.917 habitantes (IBGE, 2022). Diante da expansão urbana a que foi submetida no passar do tempo, a localidade rompeu com os traços da antiga vida em comunidade, ao afastar-se de atividades tipicamente rurais que marcaram a sua constituição por muitos anos: vínculo direto com a terra, trabalho familiar, casas de farinha, referência geográfica na produção dos derivados da mandioca, bem como cultivo em roçados.

Resultados e discussão

A história não é uma coleção de fatos mortos (Mattos, 2019). No cotidiano, a ação humana, em condições determinadas, permite ao homem construir sua história no concreto, um ato histórico pioneiro, mas em constante transformação. Permeadas de contradições, determinadas formas de estruturar a vida humana em sociedade são mais mutáveis, logo, não são lineares, sofrem rupturas. Nesse movimento, a produção hegemônica alicerça sua lógica e ditames, principalmente quando os homens fazem sua própria história, não nas condições que desejariam para si, mas

³ Em função da Lei Municipal nº 1385, de 26 de dezembro de 2006, que institui o Plano Diretor do município de Vitória da Conquista (PDU), cita-se o reconhecimento público do logradouro como unidade integrante do território em questão.

naquelas que lhes são impostas. Tais condições integram a historicidade dos processos desiguais, como dissertou Marx (2011) em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*.

Fundamentados nessa linha, toma-se como fio condutor para este estudo, a comunidade de Campinhos na cidade de Vitória da Conquista, interior da Bahia. Esse logradouro municipal, no decorrer da sua história, modula transformações territoriais, estabelece uma relação entre passado e presente e manifesta um procedimento social marcado por intensas e profundas metamorfoses econômicas, sociais.

Falar sobre Campinhos é referir-se a uma comunidade rural que por muitos anos construiu a vida real no plantio da mandioca e na produção de derivados do referido tubérculo (goma, beiju, carimã, puba, tapioca). Expressões como “casas de farinha de Campinhos” ou “farinha de Campinhos”, em referência à Comunidade, eram repetidas naturalmente⁴ na linguagem regional, conferindo-lhe uma espécie de identidade geográfica. Como ressaltam Maiorki e Dallabrida (2014), tal assimilação serve para atribuir qualidade a um produto originário de determinado território, cujas características são inerentes à sua origem. Representa, portanto, uma qualidade relacionada ao meio natural ou a fatores humanos e que lhe confere notoriedade e especificidade.

Nota-se que são as casas de farinha (figura 1), e não indústrias ou fábricas, que subsistem com poucos recursos na peculiaridade exposta ou desaparecem forçosamente no curso da história da comunidade. A prática da “farinhada” deixa de ser apenas o resultado final de um sistema produtivo para albergar também os vínculos familiares. Verificar essas particularidades é o caminho para concluir que o espaço social e de trabalho era fortemente demarcado e caracterizado pela atuação das farinheiras, conforme o modelo de produção tradicional e as características dos sujeitos que fazem parte dessa estrutura. Siqueira e Sanches (2006) chamam atenção para a relevância do trabalho nas casas de farinha, reforçam o ideário cultural e intensificam o significado de “*pão da terra*”, em referência à farinha, por entenderem que esta representa a base da segurança alimentar, principalmente entre a população mais pobre do Brasil.

⁴ Em 2006, a comunidade de Campinhos destacava-se na produção da farinha e derivados da mandioca, conforme estudos que culminaram na dissertação de Mestrado de Marisa Oliveira Santos, intitulada *Sistema de Produção em Casas de Farinha: uma leitura descritiva na Comunidade de Campinhos – Vitória da Conquista (BA)*, PRODEMA (UESC). A expressão Casas de Farinha, tão eloquente naquela época, hoje não é comumente associada à comunidade com a mesma intensidade, percebe-se apenas uma parca rememoração e vinculação do local à atividade.

Figura 1 - Casa de farinha na comunidade de Campinhos – Vitória da Conquista (BA)

Fonte: Acervo fotográfico de Patrick Mendes de Oliveira (2012).

No modelo de produção observado, remete-se à outorga das primeiras agremiações em torno do trabalho e da produção, atrelada aos meios de subsistência, habitação e instrumentos: a família. A família, nesse contexto, segundo Engels (1894), compõe um modelo de ordem social considerado princípio ativo, pois nunca permanece estacionária, mas se modifica à medida que a sociedade evolui de uma condição inferior para outra superior.

A família nunca será um campo de fácil compreensão. Analisar sua complexidade histórica, dimensionamentos e desdobramentos demanda um estudo aprofundado. Embora, muitas vezes, tenha sido vista na qualidade de fronteiras visíveis, no campo do direito e da religião, por exemplo, segundo ressalta Casey (1992), a família constitui um tema desafiador, no tocante ao exame do significado político e econômico dos vínculos de parentesco que ultrapassam o lar. Nosso propósito de investigação no presente trabalho é, por conseguinte, tentar perceber a família de comunidades rurais como mediadora da produção, consumo e construção de um modo de vida mais particularizado, talvez.

Na discussão com viés econômico, considera-se que as casas de farinha são um marco na produção. Da matéria-prima, a mandioca, derivam a goma, a fécula, a tapioca, a raspa e outros subprodutos. Não se trata, no entanto, de uma produção tradicional, que difunde certa cultura. A produção das casas de farinha exerce impacto sobre a economia local, cria bases para outras atividades econômicas e elo com outras cadeias produtivas. Prova disso são as fábricas de biscoitos que referendam Vitória da Conquista em outra indicação de identidade geográfica. Em 23/12/23,

a cidade foi reconhecida pela ALBA⁵ Capital Estadual do Biscoito.

Ao compreender o inevitável processo histórico de mutações e transformações sociais dentro do campo das contradições, a comunidade de Campinhos atualmente ressoa uma prática de interpenetração do capital e externa o contraditório na estruturação da vida em comunidade. Ao revisitar o presente, a percepção é que o passado apagou os tempos de pujança dos pequenos produtores rurais e demarcou um novo movimento de produção e de convivência com os interesses do capital. Esse modo caracterizante se aproxima de forma um pouco veloz da vida em comunidade, extingue o rural, desarticula o trabalho familiar e, conseqüentemente, os saberes do trabalho acervados nas diferentes gerações.

Kuenzer (1986, p.48) verifica que, ao impor a interpenetração em territórios de seu interesse, o capital utiliza-se da heterogestão, uma forma de dominação sobre o trabalho. Para tanto, incorpora o saber ao capital, expropria o saber do(a) trabalhador(a) e, em face da sua força de trabalho, promove uma nova educação de homens e mulheres, que pode ser, segundo a autora, pela coerção ou consenso divergente. De uma forma ou de outra, ampliam-se as relações hegemônicas. Vendramini (2006) argumenta que tal intervenção pedagógica configura um desaprender por meio do trabalho, pois o conhecimento ora “cedido” torna-se restrito, usurpado e domesticado segundo os ditames e interesses capitalistas.

Para a compreensão desta intervenção teórica, é importante ressaltar que a casa de farinha produz saberes: saberes no cultivo e manuseio da mandioca, na produção de derivados desse tubérculo, saberes alimentares. O primeiro saber em disputa está na ruptura da relação homem e natureza. A terra é elemento fulcral de sobrevivência e identidade dos homens e mulheres do campo. Apartar o trabalhador rural da terra ou atribuir a esta novos sentidos é, de forma perversa, introduzir o desmonte dos(as) trabalhadores(as) do campo e viabilizar a construção de caminhos para a captura dos elementos que os constituem.

Assinala-se da mesma forma, na pedagogia do trabalho capitalista (Kuenzer, 1986), o movimento em que a terra cede aos novos contornos impostos pela interpenetração do capital na vida em comunidade. A especulação imobiliária na região de Campinhos promove a concepção mercantil do trato com a terra. Nesse ínterim, os roçados e hortas familiares são, aos poucos, apagados do cotidiano local e os saberes adquiridos no trato com a terra, marginalizados, criando frestas para os saberes impostos pela dinâmica do capital, que infiltra o comércio, os polos logísticos e industriais. O desaprender do trabalho original cede espaço ao trabalho da esfera hegemônica. Ganha força, pois, o inevitável projeto de despojar o camponês do direito à posse e

⁵ Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

ao uso da terra, sequencialmente, dos saberes acumulados. Aquele que vive e/ou trabalha no campo, passa da categoria de produtor independente a assalariado.

O território, que tem dado à terra outros contornos e sentidos, será entendido nesta pesquisa com base nas concepções desenhadas e inseridas na produção da existência humana por meio das relações sociais, principalmente quando se tenta imputar às pessoas novos conceitos e valores, entre o contraditório e o combinado (Oliveira, 1999). Destarte, é na sobreposição das lentes sobre Campinhos que se verifica o encontro entre homens e mulheres do campo e os interesses capitalistas. Essa ação não é facultativa e revela as inevitáveis transformações no cotidiano, no modo de vida e de trabalho dessa categoria de trabalhadores(as).

A empiria denuncia esse movimento entre os resquícios de uma ruralidade que não se perpetua, por faltar-lhe fôlego para sobrevivência, e os contraditórios visíveis e invisíveis. Ao falar da cidade como elemento de aproximação da vida em comunidade, Dona Zélia (Campinhos, 2019) indica, implicitamente, uma ruptura entre a condição do homem do campo e o espaço de vida e de trabalho: “esquecer um pouco a roça, tá tirando a vida gostosa que a gente tinha”. Em termos semânticos, o verbete “roça”, nesse trecho, vincula-se a um modo de vida distanciado do presente do sujeito da pesquisa, porém está fincado nas memórias do passado e, conseqüentemente, refuta as transformações verificadas no modo de viver presente em relação ao pretérito.

Figura 2- Casa de farinha em ruínas na comunidade de Campinhos – Vitória da Conquista (BA)



Fonte: Acervo fotográfico de Marisa Oliveira Santos (2018).

No ensaio das primeiras reflexões acerca do importante rastro deixado pelo sujeito da pesquisa “viver a vida da cidade”, o entendimento é que viver a vida da cidade se aparta do modo de vida. Deixar a vida em comunidade significa não viver a vida da roça, que traceja um modo de vida distinto do urbano, um modo de vida que prenuncia, com base no aparente provisório, no inseguro e no instável, a sociabilidade que parece tradicional entre homens e mulheres do campo (Martins, 1998) e que está presente na vizinhança, no parentesco e nas experiências acumuladas.

Quando a interlocutora, em sua narrativa, transfere o olhar para a ruptura do modo de vida, toma conhecimento da interposição do capital na vida em comunidade. Essa intervenção destitui o(a) trabalhador(a) do campo e move-o, aos poucos, para outros domínios da força de trabalho e da materialidade da vida. A vida na cidade afasta-o do sentimento de pertencimento a um território, desarticula a vida em comunidade, e, gradualmente, as relações sociais ganham novos contornos, inclusive no que tange ao trabalho familiar.

Esse pertencimento permite aos componentes de determinado grupo avivar, preservar ou reconstruir as memórias em suas práticas sociais. É possível, além disso, consentir a socialização dos conhecimentos práticos, técnicos, de saber profissional, completa Le Goff (2003), cuja proposta se entrecruza com o repto exposto anteriormente. Esse fenômeno pode permitir a aprendizagem e a conservação dos segredos de ofício, do trabalho e de seus processos totalmente ameaçados por afastarem os(as) trabalhadores(as) dos saberes do/no trabalho, por isso é importante deter as ranhuras.

A expulsão do(a) trabalhador(a) do campo, da terra, do local de vida e de trabalho torna temerário impor ossatura à cidade – outro modo de vida – como condição de evolução social da humanidade. Assim posto, pensar que essa é a única forma de evoluir socialmente significa extirpar a condição de vida de outros espaços onde a materialidade também está presente e se constrói. Por diversas razões, o capital avança pelos territórios e inviabiliza (ou sucateia) modos de vida distintos do que prevalece em sua dinâmica e estrutura.

Nessa arena em que disputam o contraditório e o combinado, são muitos os interesses e saberes, seria impossível, portanto, esgotá-los nesta comunicação. Se, de acordo com nosso entendimento, o desmonte do trabalho familiar é alvo do capital, já que a singeleza de uma casa de farinha pouco o interessa (Luxemburg, 1985; Martins, 1996), que outros saberes estão sendo cooptados? Estão sendo cooptados e disputados os saberes do trabalho, do saber fazer farinha, processo do qual as grandes indústrias se apropriam; outro elemento-chave é a produção e introdução da fécula, uma espécie de facilitador do trabalho que, ideologicamente, impõe ruptura do saber do/no trabalho aos homens e às mulheres do campo (figura 3); por fim, incoerente seria

não sinalizar a produção intensiva de mandioca na região sudoeste. O que é plantado e gerido pelo agronegócio ultrapassa 500ha, ao passo que, no trabalho familiar, são plantados dois ou três pratos⁶.

Figura 3 - A fécula da mandioca, o facilitador do trabalho



Fonte: Acervo fotográfico de Marisa Oliveira Santos (2017).

É inescusável observar que a cisão nas comunidades rurais no trato direto com a terra e com o trabalho familiar denuncia a sobrevivência de populações inteiras no campo. Se a condição primeira de atendimento às necessidades é interrompida, substitui-se a autonomia para escolher o primeiro ato histórico da condição humana, o trabalho (Marx e Engels, 2007). Inevitavelmente, para garantir a sobrevivência, existe o deslocamento de um modo de vida a outro (por ora, imputado ou imposto) que conduz trabalhadores e trabalhadoras do campo para o assalariamento e que, dessa maneira, favorece a interpenetração posterior do capital, seja pela desapropriação de terras, seja pela proletarianização da força de trabalho familiar (Cândido, 2017). Wanderley (2007) denomina essa sequência de fatos de “modernização dolorosa”.

⁶ Prato é uma medida comumente usada pelas famílias para mensurar a extensão dos roçados. Um prato equivale a quatro braças, duas de 28 m e duas de 30 m. A braça é medida por uma corda padrão usada pelas famílias e equivale a 2,20 m. Recebe esse nome porque corresponde à medida que vai da ponta dos pés à ponta dos dedos de um homem de estatura média, com o braço esticado. Um prato corresponde a 4.065,60 m². Um hectare corresponde a 10.000 m² e define a extensão de plantio da mandiocultura, logo, a aproximação dessa medida em uma escala de equivalência corresponde a 2,45 pratos aproximados.

Figura 4 - Implantação de fecularias na região do médio sudeste (BA), BA 262

Foto: Acervo fotográfico de Marisa Oliveira Santos (2020).

O estudo mostra que, nas relações sociais, ora sobrepostas ou interligadas, ora momentâneas ou constantes, ocorre, inevitavelmente, o encontro e o embate entre a cultura residual e a cultura emergente (Williams, 2011), ou seja, entre a tradição e o inovador, entre o novo e o velho, ou, ainda, entre classes sociais distintas em constante disputa. Nesses termos, parafraseando Williams (2011), na transformação da forma de produzir a farinha, de abandonar os roçados, de introduzir a fécula (figura 3), o encontro dos saberes residuais com os emergentes é inevitável, da mesma forma que não é possível evitar a constante luta entre o pequeno produtor e o capital.

Na transformação da vida real da comunidade, as casas de farinha oferecem-nos a chance de olhar para o campo e perceber que em tais movimentos não se inserem o pequeno produtor. As mudanças ceifam seu trabalho, subtraem-lhe o sentimento de pertencimento ao território e desapossam-no dos meios de produção. Na disputa pelos saberes, a experiência é escanteada ou apropriada de forma não consultada, como se o legado devesse ser apagado, para que a força de trabalho ou a condição de estar no mundo pudesse ser orquestrada somente pelos ditames do capital.

Considerações finais

Quando os modos de vida e os saberes do trabalho da classe trabalhadora passam a ser fontes de observação, é possível entender que existe uma inter-relação de mudanças que

acompanham a vida de homens, mulheres, crianças, idosos e demais seres vivos. Ao serem alterada a dinâmica do cotidiano, todos, aos poucos, cedem e passam à condição de espectadores das transformações do espaço físico onde vivem, do lugar em que veem o mundo e se estabelecem socialmente, de um ponto de vista mais amplo. O movimento poderia ser justo, mas aplaca o desmonte de uns para submergir o interesse de outros segundo a ótica capitalista.

As concepções do modo de vida no campo esfacelaram-se na comunidade. O trabalho familiar desenvolvido nas farinheiras, cuja base é o trato com a terra, desestruturou-se e cedeu lugar ao poder, à expansão urbana dominada pelos interesses (bastante nítidos em tempos atuais) do capital. Registram-se também no entorno a expansão de parque logístico, de loteamentos comerciais, transferência da força de trabalho para as indústrias locais, com destaque para o ramo calçadista, e avanço da indústria de feccularia (figura 4), que sequestra sumariamente os saberes dos(as) trabalhadores(as).

É bom salientar que, no contraditório, duela muita coisa parecida. O resultado é a persistência de cenários e modos de vida do passado que, aparentemente arcaicos ou atrasados aos olhos do capital, sobrevivem em virtude de relações sociais fundamentais, como a família e a solidariedade, por exemplo. Ao adquirirem novos significados, no entanto, paulatinamente, provocam deslocamentos espaciais, humanos, comprometem o jeito de ser e de estar no mundo e atacam, de forma invasiva, a condição da classe trabalhadora do campo.

O mesmo movimento modula as transformações e instiga a pensar que defender o modo de vida é defender a ação de enraizar-se, de persistir, o direito ao território, à cultura, à terra e aos recursos naturais da população rural, ou seja, de ter para si o direito de lutar pela vida no lugar de existência e de trabalho. Quando desarticulada do modo de viver em razão do desapossamento, a população aparta-se de sua identidade e do sentimento de pertencimento a determinado lugar, condição que fortalece o desejo de interpenetração do capital na subtração e apropriação de saberes oriundos da classe trabalhadora.

A comunidade de Campinhos emoldura-se na inevitável transformação. É um processo interativo, mas em confronto constante com estruturas históricas, sociais e econômicas e, por que não, políticas. As transformações sociais, territoriais e econômicas proferem mudanças inevitáveis nos modos de vida. Tais alterações, ora positivas, ora problemáticas, trazem questões e desafios para a reprodução do capital, sobretudo para as relações de trabalho e sobrevivência da classe trabalhadora, que se vê destituída de seu lugar de vida e de trabalho.

Deter o olhar da pesquisa na fotografia, com a proposta de promover um enfoque sociológico da questão, é um instrumento indispensável para realizar leituras de fenômenos sociais, principalmente quando se elege a perspectiva dialética e contraditória da produção material da vida,

com o objetivo de visitar o presente por meio do passado. Os registros fotográficos revelam insuficiências verbais e são instrumento de produção de conhecimento. Em Campinhos, eles nos auxiliam(ram) na pesquisa como grandes expressões do avanço da “modernização dolorosa” na vida e no trabalho de trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Na defesa do método, entendemos que o materialismo dialético e contraditório permite saber o que fomos e o que somos, sem, no entanto, estarmos aprisionados ao passado nem nos considerarmos donos do presente real e vivido. Ao que virá, esta pesquisa jamais se posiciona e se pronuncia contra o desenvolvimento e a tecnologia, mas entende que a modernização não precisa trazer dores e dissabores para um lado da história, apenas. A melhoria na produção, na ergonomia e no “saber-fazer” precisa chegar até aquele que detém e desenvolveu os saberes, seja na esfera hegemônica, seja na contra hegemônica.

O púlpito deste estudo está na ação de conclamar o debate para tais reflexões e, sim, dar voz ao capital, mas, sobretudo, a tantas “Marias”, “Josés”, “Domingos”, “Loros”, “Natálias”, “Zélias” e a outros participantes do nosso estudo. A cada um(a) desses(as) trabalhadores e trabalhadoras do campo ficam expressos o respeito, o reconhecimento pelo trabalho e por nosso aprendizado na trajetória desta pesquisa, que não se finda, apenas se amplia no compromisso em fazer ecoar, seus verbos, saberes, disputas e dissabores.

Referências

- BOMBASSARO, Luiz Carlos. **As fronteiras da epistemologia: como se produz o conhecimento**, 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Edusp, 2017.
- CASEY, James. **A história da família**. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- CIAVATTA, Maria (org). **A historiografia em trabalho-educação: como se escreve a história da educação profissional**. Uberlândia (MG): Navegando publicações, 2019.
- CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte história** (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2002.
- ENGELS, Friedrich, 1820-1895. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Coleção Grandes Clássicos da Filosofia. São Paulo: Lafonte, 2012.
- HARVEY, David. **Para entender o capital**. Livro I. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO 2022. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Z. **Pedagogia da Fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. Coleção Educação contemporânea. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MAIORK, G.J.; DALLABRIDA, V.R. **A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial**. Revista INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan./jun. 2015.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 6ª ed, São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2019.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Coleção Marx-Engels. Tradução e notas Nélcio Schneider ; Prólogo Herbert Marcuse. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A Classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

MINAYO, M^a. C. de S.(Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

SIQUEIRA, A.; SANCHES, R. O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônia. In: ADAMS. C.; MURRIETA, R; NEVES, W. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume: FAPESP 2006.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. 2ª ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2012.

VENDRAMINI, Célia Regina. **A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho**. Texto apresentado na I Jornada de Estudos sobre Produção e Legitimação de Saberes no/do trabalho, realizada na UNISINOS, 27 a 29/03/2006. Educação UNISINOS 10 (2): 123-129, mai/ago, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um espaço de Vida**: Reflexões sobre a propriedade da Terra, Agricultura Familiar e Ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

*Recebido em 13/08/2024.
Aprovado em 09/12/2024.*